

O FRAGMENTO COMO VIA DE ACESSO À HISTÓRIA SOCIAL

Antonio Luigi Negro¹

Resumo: O artigo examina o modo como a relação entre o surgimento da microhistória na Itália e a influência então exercida pela Escola dos *Annales* foi discutida por historiadores europeus, refletindo sobre distanciamentos e aproximações em torno das críticas à “história serial”, ou quantitativa. Para tal, expõe-se e discute-se artigos de época e artigos encarregados de elaborar a memória que a microhistória italiana fez de si mesma. A proposta de redução da escala histórica resulta, ao cabo, bastante próxima da “história a partir de baixo”, particularmente pela importância que confere à recuperação da história das “classes subalternas” ou da “cultura popular”.
Palavras-chave: História Social, Escola dos *Annales*, Microhistória, História a partir de Baixo.

Introdução

Na produção historiográfica, por vezes, tal como na natureza, nada se perde, nada se cria, tudo se transforma. Não teria acontecido o mesmo, como aponta Dosse (1992: 94), com os fundadores da Escola dos *Annales* quando esboçaram seus primeiros movimentos de combates pela história? “*Cada um se questiona o que realmente inventaram*”, pergunta, “*a não ser realizar o programa já esboçado desde o século XVIII*”, para o que recorre à argúcia de um Voltaire: “*apenas foi feita a história dos reis, mas não foi feita a da nação*”.

De modo similar, André Burguière (1979, p. 1350) afirma encontrar a originalidade de Marc Bloch e Lucien Febvre mais no modo como seus projetos foram aplicados do que, propriamente, nas idéias que sustentaram, residindo aí, não uma estrondosa novidade, mas sim sua capacidade de inovação, transformado que foi o clima intelectual reinante da época, denominado como “escola metódica” ou “história historizante”.²

¹Doutorando em História Social na UNICAMP

²Para um panorama internacional sobre a historiografia prévia à produção de Bloch e Febvre, cf. Burke (1992). Cf., também, Dosse (1992, p. 21-59).

Situados na periferia dos grandes centros universitários, alguns de nós se deixam tomar pelo mito da novidade. Ora ali, ora aqui, vê-se esse ou aquele dedicado leitor de alguma obra recente apresentando-a como a última palavra sobre determinado tema. Mas também, situados como estamos, podemos nos aproveitar das traduções e nutrir nossas leituras com tradições historiográficas que — eventualmente —, apesar de uma distância geográfica pequena, podem se encontrar bem longe umas das outras. O maior problema, nesse caso, é perder de vista o contexto histórico de origem das obras e deixar que o contexto de recepção seja tomado por uma acolhida excessivamente febril.

Celebrando suas aproximadas duas décadas de existência, a assim chamada microhistória atraiu muita atenção devido à originalidade de seus temas, à redução da escala de observação, à sua narrativa atraente e a uma de suas proposições mais frutíferas, a de repensar grandes temas da historiografia no interior de um objeto de pesquisa limitado. Apesar de internamente ampla e heterogênea, ela tem chegado aqui mais pela obra de Carlo Ginzburg e, assim, ainda pouco se conhece de onde veio e por quem está composta.

Ao mesmo tempo, lado a lado da acalorada hospitalidade que desde há mais tempo recebe, uma imagem negativa — além da história esmigalhada — ronda a Escola dos *Annales*,³ a de uma história imóvel, quantitativa, pesada e entediante: tabelas e séries que variam suavemente em longas ondas do tempo. Resta, ainda, uma outra: absorvida pelo conceito de mentalidade, ignora, ou se esquiva — quase que militantemente — de questões ligadas à existência das classes sociais.⁴

Veremos como a microhistória, seja através dos aqui chamados “textos de época”, seja através de seus outros textos encarregados de construir uma memória de si mesma, após a passagem dos citados 20 anos, trabalhou com a crítica dessas imagens que rondam os *Annales* para afirmar sua originalidade, para elaborar um modo de abordar a história e para incluir a trajetória das classes subalternas na escrita histórica, relacionando-se não só com a tradição francesa, mas também com a inglesa (especialmente a história soci-

³“A chamada história das mentalidades suscita ódios e paixões, ambos mais ou menos inconseqüentes e inconsistentes” (cf. Mello e Souza, 1993, p. 1). Embora os *Annales* não se reduzam à história das mentalidades, a aproximação feita aqui quer apenas chamar a atenção para as reações extremadas que provocam.

⁴É mais comum encontrar esse tipo de crítica entre os marxistas, mas a relação entre os vários marxismos e os *Annales* não é, necessariamente, marcada por estranhamentos mútuos. Para tal, cf. Hobsbawm (1978, p. 158 e ss.).

al). Inserida nessa relação, sua originalidade e contribuição podem ser avaliadas no interior do panorama internacional e nacional.

A Memória da microhistória e os *Annales*: qual *Annales*?

Com apenas aproximadamente 20 anos de existência, a microhistória já se pôs a recapitular e avaliar sua trajetória através de textos escritos sob encomenda para coletâneas internacionais. Nesse artigo, contraponho-os aos ditos “textos de época” cuja redação — realizada em momento distinto (o de sua elaboração e afirmação) — tinha por vezes caráter programático e polêmico.

O artigo de Giovanni Levi, “*Sobre a Micro-história*”, uma contribuição para a coletânea de Peter Burke, *A Escrita da História*, parece ter aberto esse outro momento, o de construir a memória pela voz de seus protagonistas. Posteriormente seguido por outros três artigos destinados a uma coletânea alemã (organizada por Hans Medick) — sendo dois deles assinados por pares seus, Carlo Ginzburg (“*Microstoria: Due o Tre Cose che So di Lei*”) e Edoardo Grendi (“*Ripensare la Microstoria?*”), e o último, “*Micro-analisi e Costruzione del Sociale*”, de Jacques Revel (um célebre interlocutor francês)⁵ — voltaram-se todos para o passado a fim de (não) comentar o que (não) foi feito. Não se pode esquecer, decerto, o trabalho anterior de Alberto Banti, que se propõe a avaliar a história contemporânea na Itália entre 1972 e 1989, mas referências encontradas nos artigos anteriormente citados à contribuição de Levi induz a colocá-lo como ponto de partida dessa iniciativa de construção de uma memória microhistórica.⁶

Ao acompanharmos tais trabalhos, veremos como esses historiadores nos apresentam seus interlocutores e oponentes e ao mesmo tempo como

⁵Revel prefaciou a tradução francesa do livro de Levi (1985b), publicada em 1989. Afirmando que “*a abordagem microhistórica constituiu-se (...) em um dos lugares mais importantes do debate epistemológico entre historiadores*”, Revel (1994: 549-50) aponta seu restrito alcance universitário e a diversidade de leituras existentes. Entre estas, a sua, presente não só no dito prefácio (“*L’histoire au Ras du Sol*”) como também no editorial coletivo de *Annales E.S.C.*, “*Tentons l’expérience*”, de 1989. Em poucas palavras, Revel vê a microhistória como um questionamento da história social e de seus objetos. Refere-se provavelmente à história social na França, muito diferente da inglesa.

⁶Cf. Banti (1991), Levi (1992), Ginzburg (1994), Grendi (1994) e Revel (1994). Outros artigos, abordados mais adiante, também antecederam esses de 1992 e 1994. Porém, eram destinados a divulgação junto a público estrangeiro.

recuperam, a partir de sua própria realidade e tradição nacionais, no interior dos *Annales* (mas não só), ferramentas de trabalho que, apesar de um (por eles alegado) desuso, não eram nenhum ovo de Colombo — e isso vale tanto no que se refere à diacronia quanto à sincronia.

Não parece profícuo falar de uma data de nascimento para a micro-história. Em primeiro lugar porque procurar por ela seria um procedimento excessivamente formalizador. Explorando a etimologia do verbo emergir, é pertinente perguntar de quais lugares veio à tona, mapeando suas origens enquanto era ainda uma proposta submersa, isto é, anônima, ou sem maior reconhecimento público ou institucional, restrita a pequenos círculos da universidade. Segundo porque seus “memorialistas” insistem no duplo argumento de sua informalidade e do seu caráter processual, negando a existência de um marco temporal associado à criação de um corpo doutrinário e teórico fundador (o que, segundo eles, inviabiliza falar de uma escola microhistórica).

Apesar disso, dispõe-se de duas remissões cronológicas. Enquanto uma aponta para meados dos anos 70 (como quer Levi) a outra (como declarou Ginzburg) aponta para o seu final.⁷ A par a progressiva afirmação profissional do seu grupo mais destacado e atuante, composto por Ginzburg, Levi, Grendi e Carlo Poni — afirmação essa potencializada pelo sucesso editorial do primeiro com *O Queijo e os Vermes* —, a organização da coleção *Microstorie*, aprovada pela prestigiosa casa editora Einaudi no início dos anos 80, e o trabalho coletivo editorial e historiográfico nos *Quaderni Storici* (iniciado em 1975-76) conformam, por outro lado, com suas respectivas datas, um conjunto de momentos indicadores de sua emergência como prática historiográfica, como proposta de abordagem da história.⁸

Quando, após Ginzburg (1994, p. 511) recordar que, em fins dos anos 70, microhistória era uma palavra simultaneamente inaudita porém programática (pois automaticamente remetia à idéia de redução da escala da observação) e que representava uma “etiqueta aplicada a uma caixa historiográfica toda ainda por ser preenchida”, podemos nos perguntar sobre o que ficaria de fora de tal caixa e o que — preservado, reelaborado ou criado — seria guardado dentro dela. Para obtermos uma resposta — particularmente

⁷In: Ginzburg (1994, p. 511). Para um testemunho pessoal e programático, cf. Levi (1981b) e (1990).

⁸Em artigo não vocacionado para a recuperação de uma memória mas sim destinado à divulgação junto a público estrangeiro, Alberto Caracciolo (1980) traça um panorama, que vai dos anos 50 a fins dos 70, onde situa a inserção da microhistória na historiografia italiana.

para o tema deste artigo, a história social, aqui referida à história da relação entre classes dominantes e subalternas — será preciso observar e analisar a emergência dessa proposta na sua relação com a Escola dos *Annales*, seja através dos textos da memória, seja através dos de época.

Exatamente por afirmarem não terem projetado sua aglutinação em torno de uma escola, é provável que um dos fatores de convergência entre as atividades desses historiadores (lotados em universidades como as de Bolonha, Turim e Gênova) tenha sido, outro que um programa afirmativo, um generalizado sentimento de insatisfação entre as potencialidades de pesquisa e discussão existentes e o cenário historiográfico que os havia formado, um ambiente intelectual profundamente marcado pela historiografia dos *Annales* e, mais particularmente, pelo vigor das idéias, obra e autoridade de Fernand Braudel.

Este último, àquela época notório intelectual de renome internacional, já talvez tivesse, em 1958, na introdução ao *Traité de Sociologie* (dirigido por Georges Gurvitch), antecipado sua posição diante daquela palavra que haveria de se tornar o mote aglutinador de uma geração de historiadores de outro tempo e lugar. Inventariando os vários usos e significados atribuídos ao termo microhistória antes de ter sido acolhido na Itália, Ginzburg identifica a posição de Braudel. “Sinônimo de ‘*histoire événementielle*’”, seria o meio pelo qual se redigira a história “dominada por protagonistas análogos a regentes de orquestras”, circunscrevendo-se à narração de acontecimentos breves, ao factualismo, à descrição de personagens e presa a um tempo espasmódico, um tipo de historiografia já combatida por Bloch e Febvre nos anos 20, 30 e 40. Interessado, adicionalmente, pela repetição e pela regularidade, “a possibilidade de um conhecimento histórico da singularidade restava, para Braudel, de fora”. Ao mesmo tempo, Braudel teria anotado que nada assegurava que o estudo do fato discrepante fosse absolutamente privado de valor. Seria necessário aprofundar a questão, apontou. (Ginzburg, 1994, p. 513-14, 533)⁹

A exclusão do fato diverso por Braudel não teria repercussões somente de ordem individual. Ao contrário, o que em seu pensamento estava

⁹Para Ginzburg, tal aprofundamento esperaria por longos 25 anos para encontrar seu lugar nas páginas de *Annales E.S.C.* (aparecendo finalmente no número 38 de 1983), sendo então sinalizadas as similaridades desse debate com a microhistória. (Como se pode ler, o título do *dossier* é sintomático: “Fait Divers, Fait d’Histoire”, acusando não só a incorporação do fragmento à prática de pesquisa como também o reequilíbrio da — adiante citada — “troca desigual” do “mercado historiográfico” entre França e Itália.)

envolvido em uma tensão interna, seria tomado, pelo respeito à sua autoridade, como uma “verdade adquirida”, constituindo um traço definidor do ambiente intelectual que contextualizaria a emergência da microhistória. Assim, ao invés de se aprofundar o debate em torno do fato discrepante, consolidava-se o seu oposto, um “modelo macroscópico e quantitativo”,

que dominou, primordialmente através da atividade de Fernand Braudel e dos historiadores reunidos em torno da revista Annales, a cena historiográfica internacional entre fins dos anos 50 e meados dos 70. (Ginzburg, 1994, p. 514, 516-17)

Um modelo que, apesar das possíveis inquietações internas existentes, não seria reformado às custas do seu paradigma. Em 1973, por ocasião das *Mélanges en l’Honneur de Fernand Braudel*, Ginzburg novamente vê os *Annales* perpassados por “*tensões (...) subterrâneas*”. Passados 21 anos desde então, considera “instrutiva” a releitura dos ensaios apresentados por Chaunu de um lado e Furet e Le Goff de outro. Instrutiva, claro, para seu texto, que se põe a selecionar no passado os elementos pertinentes ao ato de construção de uma memória da microhistória.

Em uma conjuntura perpassada por fatos marcantes — guerras de descolonização, movimentos jovens, crise da idéia de progresso e revolução — as discussões em torno da história não chegariam a uma superação daquilo que Ginzburg nomeou como “paradigma braudeliiano”. Tanto Chaunu quanto Furet, ao mesmo tempo que refutavam o acontecimento singular, manteriam a ênfase sobre uma história serial, “baseada na análise de fenômenos ‘selecionados e construídos em função de seu caráter repetitivo’”. Le Goff, da parte da etnologia, também endossaria tal recusa.

Assim reconstruído o clima intelectual da época, Ginzburg pode enfim afirmar:

a microhistória, por mais diversa que seja (a começar por suas ambições teóricas) nasce da oposição ao modelo apenas mencionado. (Ginzburg, 1994, p. 516-17)

É curioso notar o terreno de acordo em meio às divergências explícitas sobre o lugar do fato estatisticamente irrelevante na pesquisa histórica, qual seja, o ponto comum do diagnóstico que, em plenos anos 70, ainda afirmava ser preciso negar tanto o etnocentrismo quanto a teleologia que teriam caracterizado a historiografia herdada do século XIX.

Se este é o último ponto comum imediatamente anterior à bifurcação entre história serial e microhistória, poderíamos nos perguntar sobre o que fizeram Bloch e Febvre quando, no lugar de inventar um programa origi-

nal, aplicaram-no brilhantemente? Teriam franceses e italianos herdados a historiografia do século passado sem seu intermédio? Em caso negativo, por quê reconhecer aquela herança? Parece tão claro ser esse o cenário que envolvia os fundadores dos *Annales* — pano de fundo contra o qual se engajaram nos seus combates pela história — que podemos estar diante daquele processo onde as constantes declarações de continuidade com o passado parecem acenar-lhe com velados abanos de adeus. Ou mesmo diante de um outro procedimento, onde velhos adversários aparecem novamente atuantes por sua própria obra e força, ou apenas para preencherem um papel prescrito pelos atores viventes. Soa, de fato, estranho ver nos diagnósticos de Furet, Chaunu e Ginzburg sobre o estado da historiografia de seu tempo oponentes semelhantes aos dos tempos passados de Bloch e Febvre. Parece que alguma coisa se perdeu, que tais oponentes teriam, conseqüentemente, voltado à cena, ou que os fundadores dos *Annales*, enredados na crítica, tenham sido envolvidos pelos seus adversários, ou mesmo que não tenham sido exitosos.

Em se tratando de países como França e Itália, e como o primeiro, em seus contornos mais nítidos, escapa aos limites desse artigo, pode-se admitir, enfim, que tal estado de coisas fosse mais pertinente para o segundo, já que, ao invés de um legado como o de Bloch e Febvre, os italianos talvez não tivessem vivenciado, conforme a imagem de Peter Burke, uma revolução francesa na historiografia.¹⁰ Talvez assim possamos aceitar com menor resistência a assertiva de Ginzburg de que “a afirmação de uma entidade nacional, o advento da burguesia, a missão civilizadora da raça branca, o desenvolvimento econômico” compunham o “princípio unificador” de ordem conceitual e narrativa que era fornecido à pesquisa histórica italiana. (Ginzburg, 1994, p. 520)

Voltemos, agora, à bifurcação, ao exame de seus motivos. Por quê seria, para o ponto de vista da microhistória, “muito elevado” o “preço”, “em termos cognitivos”, a ser pago pela proposta de Furet? É nesse ponto do texto de Ginzburg que transparece um elemento decisivo de polêmica, a questão do poder na sociedade e a conseqüente diferenciação estabelecida por sua divisão. Em primeiro lugar, entende que a preferência pelo que a documentação arquivística tem de serial faz passar despercebido um “elemento óbvio”. “Em qualquer sociedade”, generaliza,

¹⁰Diversamente, Grendi (1994, p. 539) assevera que o ofício do historiador em seu país era longamente “dominado por ideologismos associados à herança idealista e ao radicado dualismo político, com uma indubitável propensão para a história-síntese”.

a documentação é intrinsecamente distorcida, dado que as condições de acesso à sua produção estão associadas a uma situação de poder e, pois, de desequilíbrio. (Ginzburg, (1994, p. 520).

De outro lado, sacrificada em proveito do que é homogêneo e comparável,¹¹ a particularidade deixa de ser usada como via de acesso para o conhecimento. Entretanto, não se trata de uma discordância apenas entre o diverso e o estatisticamente freqüente, mas também de como se retém a política fora do alvo do historiador. Em *O Queijo e os Vermes*, um marcante texto de época, lá se vê momentos anteriores dessa polêmica. Furet é criticado por lhe ser atribuída a defesa da “reintegração das classes inferiores na história geral (...) apenas sob o signo do ‘número e do anonimato’”. Embora “não mais ignoradas”, permaneceriam, em contrapartida, “silenciosas”. Sem nome, sem fala, sem ação, aquilo que seria um outro ponto unificador da microhistória — a reconstituição da trajetória das classes subalternas¹² com o preciso fim de redescobrir-lhes com seus nomes, falas, idéias e ações — permaneceria, uma vez mais, às margens da pesquisa. “A crítica a ser feita às pesquisas quantitativas de história das idéias” deveria, nesse sentido, ser feita “não por serem pouco afeitas à elite e sim por ainda o serem demais”. (Ginzburg 1987, p. 26, 29)

É tal eixo de crítica, e de investigação, que, no entendimento do texto de Grendi (1994, p. 540), consistia em um dos fatores de mais forte convergência durante o momento formativo da microhistória, exercendo atração sobre as pesquisas e discussões em desenvolvimento ao propugnar “uma ‘história a partir de baixo’” que buscasse “no entrelaçamento das fontes, o traço do nome próprio — e da ‘reconstrução do vivido’” (uma clara alusão à comunicação de Ginzburg e Poni, “O Nome e o Como”).

Com apreciação semelhante, Jacques Revel, que no seu artigo igualmente salienta o caráter experimental, informal e não uniforme desse período, volta a pontuar que, “a microhistória, a bem da verdade, nasceu como reação, como tomada de posição diante de um certo estado da história

¹¹Furet é muito claro a esse respeito: “*le document, les ‘faits’ n’existent plus pour eux-mêmes, mais par rapport à la série que les précède et les suit; c’est leur valeur relative que qui deviant objective, et non leur rapport à une insaisissable substance ‘réelle’*”. In: Furet, F., *Histoire et Ethnologie*, p. 232. Citado em Ginzburg (1994, p. 521).

¹²O termo classes subalternas parece, de fato, indicar classes subordinadas e desprovidas do agir histórico. É, todavia, o significado contrário que se está discutindo aqui. O termo deve ser entendido como pólo relacional contraposto às classes que exercem a hegemonia na sociedade. Cf., a propósito, Thompson (1993, p. 73 e ss.).

social” (de quem uma das versões dominantes era aquela originalmente elaborada na França — mas depois largamente difundida em outros países — em torno da Escola dos *Annales*). Segundo ele, 15 anos antes da aparição do primeiro número da revista *Annales*, o sociólogo durkheimiano François Simiand já antecipara, sem o pretender, grande parte do caminho de Bloch e Febvre. Em seu seminal artigo,¹³ cuja influência pode ser notada em toda a história posterior dos *Annales*, teria afirmado que “o que importava” era

abandonar o único, o acidental (o indivíduo, o acontecimento, o caso excepcional) para dedicar-se ao único possível objeto de estudo científico: o evento repetível e suas variações, as regularidades observáveis, a partir de quem seria possível a inferência de leis.

Coincidentemente, o alcance temporal dessa orientação viria a ter uma longa duração (temperada por variações não muito bruscas ao longo da sucessão de gerações que se formariam no interior dos *Annales*). Esta “escolha inicial”, “em larguíssima parte retomada pelos fundadores dos *Annales* e por seus sucessores”, explica, “nos faz compreender os caracteres originais da história social à francesa:”

o privilégio conferido ao estudo de agregados o mais maciços possíveis, a prioridade dada à quantificação na análise dos fenômenos sociais, a opção por uma duração longa o bastante para tornar observável as transformações globais.

Como resultado, assegura, “derivava um certo número de consequências que marcaram, de modo duradouro, os procedimentos empregados”, configurando a tradição com que a pesquisa microhistórica, em seus estágios iniciais, se deparou. Esta última, insatisfeita com o clima intelectual de sua época, apontava para a obstrução da exploração de outras possibilidades de investigação existentes e se via impedida de aplicar um de seus procedimentos mais caros, o de repensar grandes temas por meio de estudos intensos no interior de universos reduzidos. Talvez seja particularmente este o motivo da aproximação de Revel, que a concebe como um questionamento da história social e de seus objetos. Pois, no seu entendimento, “a escolha da série e do número” exigia não só fontes adequadas aos requisitos do método como também demandava por “*indicadores simples ou simplificados*”, “*adequados*

¹³“Méthode Storiqúe et Science Sociale” foi originalmente publicado em 1903 na *Revue de Synthèse Historique* para novamente aparecer em *Annales E.S.C.*, nº 1, 1960.

para abstrair do documento de arquivo um número limitado de propriedades, de traços particulares, dos quais se propunha acompanhar as variações no tempo". (Revel, 1994, p. 551)

Nesse sentido, em minha opinião, a emergência da microhistória não era só sintoma de desgaste das abordagens historiográficas inscritas em quadros macro, mas era também a construção, em um determinado momento de uma determinada tradição nacional, dos termos para superá-lo. Ao recompor sua historicidade, Revel delineia um quadro de cujo interior podemos extrair o significado da comunicação que Ginzburg e Poni apresentaram no congresso *Os Annales* e a *Historiografia Italiana*, realizado em Roma em janeiro de 1979.¹⁴ Provocativamente, ao colocarem o nome próprio como alvo da pesquisa, invertiam a abordagem vigente, pois o levantamento e cruzamento dos dados referidos aos nomes recolhidos permitiria construir uma modalidade de história social que Revel (1994, p. 555) qualificou como "nova".

Modalidade esta atenta à urdidura, às contradições e aos hiatos da documentação e, ainda, profundamente dedicada a experimentar aquela "indicação generalíssima" típica desse momento — recordada por Grendi (1994, p. 540) — a de reconstituir as "relações interpessoais" como maneira de se produzir um novo conhecimento sobre grandes temas, então acriticamente aceitos e acomodados nas suas perspectivas macrohistóricas. Para se chegar a isso, isto é, para lograr uma distância tão próxima da documentação que permitisse ao pesquisador (quase que) "ver" os grandes processos sociais acontecendo na vida das pessoas e sofrendo, ao mesmo tempo, a interferência delas mesmas, seria preciso repassar criticamente as categorias através das quais o pesquisador se aproximava do seu objeto. (E seria, em seguida, esperado que esse mesmo pesquisador fosse capaz, por meio da narrativa, de fazer o seu leitor "ver" o que ele tinha "visto".)

Novamente, temos aqui uma ponte entre Revel e os "memorialistas" da microhistória. Desejoso de por à prova a "impressão de monotonia e inércia classificatória" resultante de "30 ou 40 anos" de uma historiografia social "clássica", Revel (1994, p. 557) está muito próximo do intuito de Grendi (1994, p. 540) de "escapar das lógicas criadoras de entes do discurso histórico geral, a saber, o Estado, o mercado, a estratificação social, a família". Em ambos, fica claro o quanto não basta interrogar-se, como quer Revel, sobre os contornos de categorias como cidade, classe, etc., sendo preciso também

¹⁴Depois publicada com o título "*O Nome e o Como. Troca Desigual e Mercado Historiográfico*".

colacá-las em discussão. Uma série de categorias tão sedimentadas capaz de reeditar, dessa vez exitosamente, uma outra Linha Maginot,

forte o suficiente para ralentar, em modo duradouro, a influência na França de um livro como o de Edward P. Thompson, The Making of the English Working Class (publicado em 1963 mas traduzido para o francês somente em 1988).¹⁵

Dos textos da memória aos textos de época

Se a construção da memória é um texto calculado, o que dizer então do seminário O Impacto da Escola dos *Annales* nas Ciências Sociais, realizado em maio de 1977 no Fernand Braudel Center em Nova Iorque com a presença do mesmo Braudel? Foi o esse o modo encontrado, todavia, para aufferir o impacto dos *Annales* na Itália sem recorrer a um testemunho diretamente oriundo da microhistória. Assim, além, do conferencista, Maurice Aymard, o registro da discussão feita em seguida entre os presentes (Immanuel Wallerstein, Peter Burke, Eric Hobsbawm entre outros) pode nos oferecer um quadro mais rico sobre o assunto.

Diz Aymard (1978, p. 54) que, desde os anos 50, não só para a Itália, como também para países mediterrâneos como Espanha e Portugal, os *Annales* não eram somente a tradição da revista e da universidade francesas. Eles eram tudo isso mais *La Méditerranée* de Braudel. Este imenso trabalho “deu a eles”, avalia, “um novo mundo mediterrâneo”. E

abriu seus olhos para suas dimensões especiais e para sua profundidade temporal, para as pressões do meio e para as repetições regulares da vida material, para os longos movimentos da economia e para os rápidos espasmos do curto prazo.

Assim agraciados, já em 1953 vinham à tona, não por acaso, as traduções espanhola e italiana (mais de 20 anos antes da inglesa). Em sua opinião, teria sido no segundo idioma onde mais intensamente floresceu a Escola

¹⁵Daí uma nova aproximação, agora com Thompson, pois este “*recusou-se partir de uma definição pré-constituída (...) de classe operária para insistir sobre os mecanismos de sua formação*” (grifo do autor.). (Revel, 1994, p. 558). A chegada da história social inglesa na Itália foi muito menos demorada. Isso se deve, entre outras razões, à ampla atuação internacional de Hobsbawm que, desde *Rebeldes Primitivos*, não só contribuiu para sua divulgação na Itália como também foi um conhecido intérprete de Gramsci na Inglaterra. *The Making of the English Working Class* foi traduzido para o italiano em 1968.

dos *Annales*, estabelecendo-se um fluxo contínuo entre ambos, abrangendo não só o estreitamento de relações profissionais entre profissionais com carreiras já estabelecidas, mas também entre bibliotecas, arquivos, orientação de teses, encontros, etc... Naturalmente, tal proximidade levaria a inúmeras traduções (com Bloch secundando Braudel mas na frente de Febvre); traduções essas que receberam prefácios dos mais distintos historiadores italianos da época.

Anexar a Itália aos *Annales* não seria, no seu ponto de vista, apesar de tudo o que é considerado acima, um movimento sem obstáculos. Anota Aymard que “*a historiografia dos Annales corria resolutamente contra (...) tradições historiográficas mais solidamente estabelecidas no pensamento italiano*”, notoriamente influenciadas por Benedetto Croce ou Antonio Gramsci. (Aymard, 1978, p. 55)¹⁶

Foi desenvolvendo esse ponto da exposição de Aymard que Hobsbawm fez sua intervenção para revelar, a meu ver, toda uma potencialidade da historiografia italiana no período. Decompondo o argumento do expositor em “dois elementos importantes”, principiou precisando que o primeiro deles não era referido diretamente à Itália mas, “eventualmente”,

a uma possível fraqueza da abordagem dos Annales, nomeadamente a (...) dificuldade em lidar com o que você [Aymard] chama de grandes eventos políticos formativos da história de um país.

Coisas como o *Risorgimento* e o fascismo importam tanto para o país que os vivenciou que este não pode prescindir de sua explicação histórica, temas para os quais a contribuição dos *Annales*, menos do que central, seria, a seu juízo, indireta ou periférica. Por fim, Hobsbawm acrescenta que “as tradições acadêmicas nacionais devem ser levadas em consideração”. Muito ironicamente, ele recorda seus colegas que, “como em muitas outras coisas que vêm do estrangeiro”, os italianos são “extravagantes no seu aplauso”, “facilmente influenciáveis e reconhecem suas dívidas”. Ao mesmo tempo, chama a atenção para “aqueles ramos semi-históricos da ciência social italiana”

¹⁶“E a periódica reincidência de certas críticas, a agitação produzida pelos textos mais provocativos que pareciam (...) representar os *Annales* (...) tudo isso é prova do que o conflito, mesmo obscurecido, ou exorcizado como foi, continua no ar” (Aymard, 1978, p. 55)

tais como os que estudam práticas populares, costumes populares, em parte provincianos, em parte retraídos, mas salvos por uma enorme capacidade de obter ótimos achados a partir de um texto ou experiência individuais.

E conclui, enfático: “*isso não é compatível com as extensas curvas da abordagem dos Annales*”. Mas, conciliando, insere reticências em seu comentário:

talvez possamos aguardar que Annales consigam, no mínimo, fertilizar mais a história econômica e social, indo além do que foi feito, porque não há muita coisa boa na história social italiana, pelo menos para o século XIX. Não obstante, não nos deixemos subestimar o que os italianos já conseguiram seguindo seu próprio estilo doméstico”.¹⁷

Poderíamos nos perguntar se a microhistória é uma prática historiográfica fruto da aludida fertilização? Corria o ano de 1977 e, como vimos, esse era o momento em que “*microstoria*” começava a firmar-se diante dos *Annales*. Creio, logo, ser possível encaminhar uma resposta positiva nesse sentido. Embora não tenha eleito o século XIX como alvo prioritário de suas pesquisas, caso não descuidemos as particularidades das tradições nacionais e caso levemos em consideração a recuperação do trabalho daqueles ramos devotados ao estudo do costume popular, poderíamos ver nessa mesma prática uma resposta positiva às reticências de Hobsbawm.¹⁸

Corria o ano de 1977 e Edoardo Grendi publicava um artigo cujo título, “*Micro-analisi e Storia Sociale*”, traduzia uma certa indefinição terminológica. Se “*micro-analisi*” não permaneceu, suas formulações, entretanto já vinham para ficar. O aprisionamento do conceito de classe em um “*dimensão pré-conceitual*”,¹⁹ a crítica à concepção de que a microanálise era uma etapa subordinada de uma síntese posterior, o debate da história com a antropologia, a afirmação das relações sociais como eminentemente “*relações interpersonais*”, e a “*tarefa*” de “*conquistar a distância cultural da sociedade que estamos vivendo*”; todos esses itens de pesquisa e discussão marcaram a evolução posterior dos acontecimentos. Bem como sua sentença síntese: “*a história*

¹⁷Cf. “*Discussion*”. *Review*, vol. I, nº 3/4, 1978, p. 65-67.

¹⁸A proximidade de Hobsbawm com esse tipo de estudo na Itália vinha de longe. Cf. Hobsbawm (1960).

¹⁹Tal como Revel, Grendi cita *A Formação da Classe Operária Inglesa* como fundamental para a liberação do conceito dessa dimensão. Mas discorda, ao cabo, de seus “*termos impressionistas e literários*”.

social é a história das relações entre pessoas e grupos” (daí, como é visto aqui, a importância do nome próprio) e a cunhagem da noção de “excepcional-normal”. (Grendi, 1977, p. 507-20)

Quatro anos mais tarde, enquanto Grendi (1981) se irritava com a superfície imóvel e monótona da historiografia contemporânea na Itália e ratificava suas formulações, Levi, em um outro “texto de época”, se questionava sobre a tensão criativa fundamental das pesquisas e discussões então em curso. “Como pode”, perguntava-se,

o historiador estudar e descrever sistemas de grandes dimensões sem perder de vista a situação concreta da gente real e de sua vida ou, vice-versa, como se pode descrever as ações de uma pessoa e sua finita concepção, centrada sobre o ego, sem perder de vista as realidades globais que pesam sobre ela?

Como resposta, o texto de Levi nos permite conceber o trabalho do historiador em atrito com dicotomias consagradas pois estas — cidade-campo, civilizado-primitivo, culto-ignorante, trabalho livre-trabalho escravo, industrial-pré-industrial — amarram-no a um esquema de pensamento teleológico. Quanto aos sistemas de poder, sua proposta nos permite, igualmente, formular uma pesquisa histórica que, diante da investigação dos sistemas de poder e dominação, visa conhecer seu exercício no contexto, na cronologia. Isto é, poderes, saberes e domínios não desabam do alto sufocando quem está abaixo da linha de tomada de decisão. Nos possibilita, ainda, procurar escapar de outra dicotomia: adesão (geralmente “traidora”, “vergonhosa”) ou recusa (geralmente baseada numa autonomia quase que onipotente).

Se, como era intuído, “a consideração da pequena escala se propõe (...) como maneira de colher o funcionamento real de mecanismos que, em nível ‘macro’, deixam muitas coisas inexplicadas”, os limites de seus resultados eram, ao mesmo tempo, antevistos com clareza. Porém, se esses estudos, por si mesmos, tinham alcances restritos para a elaboração geral de novos esquemas explicativos, esses mesmos estudos levavam a novas revelações e conclusões, a problemas gerais desconhecidos implicando, conseqüentemente, na reformulação e reelaboração dos grandes temas de discussão no interior de um universo de pesquisa de pequena escala. (Levi, 1981a, p. 75-81)

Entretanto, com Grendi vemos claramente que não só de polêmicas com os *Annales* se construiu uma proposta de investigação microhistórica. Em seus artigos posteriores, de 1985 (ainda um “texto de época”) e 1992 (já um “texto de memória”), estão abertas outras frentes de discussão. Uma, com os “perigos do geertzismo”, vai ao encontro de uma fixação dos processos

pesquisados separada das relações sociais mais gerais. A história, afirma, não é apenas interpretação de textos e discorda, veementemente, da análise que “para de repente, como se estivesse ameaçada, no efetivo limiar da história social” (Grendi, 1992, p. 151). Também deflagrada no período inicial da microhistória, e levada adiante, em todos os anos 80, a outra, recuperada em 1992, se refere ao impulso anti-relativista e anti-irracionalista da microhistória.

Corria o ano de 1977 e a transformação dos *Quaderni Storici delle Marche* nos *Quaderni Storici* deve ser, a propósito, mencionada. De suas origens provincianas à passagem para uma revista com perfil e distribuição nacionais e, a partir de 1975-76, aberta às idéias reunidas em torno da microhistória (constituindo-se como um periódico capaz de reunir um amplo espectro de temas e pesquisadores),²⁰ pode-se enxergar uma busca tanto de alternativa ao marxismo ortodoxo quanto de diálogo com a história social inglesa e dos *Annales*.²¹ Como destaque de suas preocupações, vê-se — ainda — a vontade de se escrever uma história social, posto que, sensível à relação de hegemonia cultural entre as classes dominantes e subalternas,²² queria ser “também, mas não necessariamente, a história dos pequenos e dos excluídos”.²³

Os *Quaderni Storici* constituíram o lugar privilegiado dessas discussões e foi neles que Ginzburg e Poni publicaram a comunicação onde propuseram que a “troca desigual” entre França e Itália (onde a segunda, gerando-se um “desequilíbrio de fundo”, “recebeu muito mais do que deu”) fosse enfim superada por uma “fase nova”, ligada ao aparecimento do que chamaram de “novas tendências na investigação”.²⁴ Menos de dois anos de-

²⁰Em “*Microstorie: Com o Pouco Fareis Muito*” (Campinas, Relatório de Monitoria Apresentado ao Faep, 1993), elaborei uma bibliografia anotada e um levantamento de temas e títulos presentes nos *Quaderni Storici* entre meados dos anos 70 e começo dos 90.

²¹Para detalhes e datas, cf. Caracciolo (1980), Aymard (1987) e Banti (1991).

²²Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho: “*com muita frequência, idéias ou crenças originais são consideradas, por definição, produto das classes superiores, e sua difusão entre as classes subalternas um fato mecânico de escasso ou mesmo nenhum interesse; como se não bastasse, enfatiza-se presunçosamente a ‘deterioração’, a ‘deformação’, que tais idéias ou crenças sofreram durante o processo de transmissão*” (Ginzburg, 1987, p. 17).

²³In: contracapa de Thompson (1981), segundo livro da coleção *Microstorie* da casa editora Einaudi.

²⁴In Ginzburg (1989, p. 169). Poni não aparece nessa tradução mas é co-autor no original. Cf. Poni & Ginzburg (1979).

pois de Hobsbawm ter cogitado a possibilidade de modificação do estado de coisas na história social italiana, as “novas tendências”, esboçadas em um ambiente onde a tradição da historiografia francesa era peça formadora chave, se sentiam aptas para tecer suas considerações e reivindicar seu lugar ao sol em confronto direto com uma face da Escola dos *Annales*.

Os grandes oponentes apontados são a “história quantitativa” (ou “história quantitativa serial”) e a “perspectiva do longo período”. Teria sido o peso da primeira a razão do extenso hiato entre “as jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas” depositadas nos arquivos e suas “possibilidades de exploração”. Sua maior defasagem ante a riqueza documental é, ao combinar-se com a perspectiva de longo período, a de sufocar o conhecimento histórico da “vida real”, o que torna “difícil compreender os problemas quotidianos de sobrevivência”. (Ginzburg, 1989, p. 170-71)

Torna-se difícil — também diria eu — não associar essa passagem a um movimento de duplo caráter: de distanciamento de procedimentos caros aos *Annales* e de aproximação com a história social inglesa. Ao polemizar com um “modelo teleológico vocacionado para questões de poder”, o autor de *A Formação da Classe Operária Inglesa* lança mão de uma metáfora para falar em termos semelhantes aos acima mencionados:

a história não pode ser comparada a um túnel onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso seja, geração após geração de passageiros nascem, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido. (Thompson, 1993, p. 82-96)

Se é claro que o oponente aí é outro, não menos claro é a reserva feita a ambos os oponentes com que se polemiza a perda, devido à macro-perspectiva com que olham para a história, da dimensão da vida real daqueles que viveram tanto sob as extensas curvas da longa duração quanto sob a escuridão do tempo político não redimido pela revolução.

Mas Ginzburg e Poni, ao prosseguirem com o intuito de serem também afirmativos, elegiam o nome próprio como novo fio condutor das investigações em curso, para o que propunham uma “prosopografia a partir de baixo” — “análoga à proposta por E.P. Thompson” — que combinasse duas frentes de trabalho: “a reconstituição do vivido”, visto como algo “impensá-

vel em outros tipos de historiografia”, e a indagação das “estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula”. (Ginzburg, 1989, p. 176-178)

Se relembrarmos a imagem que Peter Burke imprimiu ao significado dos *Annales* dos tempos pioneirísticos de Bloch e Febvre (a da Revolução Francesa), e a aplicarmos a uma singela comunicação, o resultado seria um hiperdimensionamento desastroso. Se se explora a história italiana, uma imagem, novamente deslocada, seria a da “revolução sem revolução”, ou de “revolução pelo alto”. Encontrando na Inglaterra um eco favorabilíssimo, a inspiração de uma história escrita a partir de baixo parece vir das anotações de Gramsci sobre o folclore e sobre a história das classes subalternas.

É a ele quem, por exemplo, Ginzburg (1988, p. 15) recorre para explicar seu interesse pela “cultura das classes subalternas”, ou “cultura popular”. É ele quem cita, além de Bloch e De Martino, como fonte de inspiração por sua desequilibrada preferência pelos andarilhos do bem quando criticado por não ter dado mais atenção aos inquisidores. Uma distorção que — embora afete o exame da relação entre dominador e dominado — foi o preço pago pelo afã de criar o que Thompson (1995a, p. 136) chamou de “ponto de vista particular sobre a cultura popular”; algo tão impossível de ser pensado tanto em um “quadro da imposição hegemônica da dominação de classe” quanto nas perspectivas de certos historiadores franceses. Pois estes, “seguindo Fernand Braudel”,

*exploraram sobretudo as determinações da base, demográficas, espaciais, temporais, geofísicas, agrárias, naturais, que pesam sobre a cultura popular. Isto permitiu compreender melhor e nuançar a noção de ‘mentalidade popular’, concebida de certo modo como uma formação involuntária à maneira de um dado geofísico. Meu material de estudo levou-me a privilegiar o aspecto ativo, voluntarista, criador de valores da cultura popular: o povo faz e refaz sua própria cultura.*²⁵

Olhar para a cultura popular dessa maneira significa concebê-la em sua relação com o recorte de classe social (uma outra vez, Thompson é citado) e simultaneamente distanciar-se, ou melhor, reelaborar o de mentalidade coletiva. “É claro que esse livro também é, a seu modo, um estudo sobre a mentalidade ‘coletiva’ (no sentido de não meramente individual)”, reconheceu Ginzburg (1988, p. 16) a propósito de *Os Andarilhos do Bem*, “mas havia algo que me induzia a recusar esse termo”, acrescentou. “Mesmo tendo o

²⁵ Ver, ainda, sua polêmica com a história econômica inglesa: (Thompson, 1995b, p. 26 e ss.).

meu débito para com Lucien Febvre”, prosseguiu, “e o filão de pesquisas que ele propusera e, sob certos aspectos, inaugurara”, ao insistir

nos elementos comuns, homogêneos, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa 'mentalidade coletiva' indiferenciada e interclassista (grifo do autor).

Três anos mais tarde, a deferência ante Febvre não impede um tom crítico mais contundente. Quando se auto-indaga se o que transparece na fala de Menocchio é cultura ou mentalidade, *O Queijo e os Vermes* opera uma distinção bastante nítida entre ambas. A característica constante dos estudos de história das mentalidades, define, “é a insistência nos elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão de mundo”, delimitando seu “campo específico” com “sobrevivências”, “arcaísmos”, “afetividade”, “irracionalidade”. Não se quer Menocchio aí inscrito porque isso significaria “colocar em segundo plano o fortíssimo componente racional” de suas idéias heréticas. “Todavia”, retomando o raciocínio anterior, “o argumento decisivo é outro: a conotação terminantemente interclassista da história das mentalidades”. Mesmo seu mestre, Lucien Febvre, teria caído numa “armadilha desse gênero” ao tentar adentrar a “mentalidade coletiva dos ‘homens do século XVI’”. (Ginzburg, 1987, p. 30-33, 250).

Considerações finais

Para citar apenas dois exemplos, a leitura de *Os Reis Taumaturgos* e de *Introducción a la Historia*, ambos de Bloch, não deixa dúvidas quanto a uma estimulante afirmação de Revel. “Historiadores por formação”, caracterizou,

tanto Bloch como Febvre eram tão conscientes da especificidade de sua disciplina para pensar que podiam eliminar completamente o fenômeno singular, não repetível, do campo de observação. Toda a releitura das ciências sociais proposta pelos Annales consistia, precisamente, em testar a teoria geral em contraste com situações específicas (Revel, 1978, p. 13).

Não me parece igualmente razoável afirmar, dentro dos contornos desse artigo, que essa sensibilidade dos fundadores dos *Annales* foi, geração após geração, abandonada em meio às renitentes declarações de fidelidade e continuidade. Ao mesmo tempo, dentro de tais contornos, também não mere-

ceria crédito uma assertiva que assegurasse plenamente o contrário. Se o argumento de Revel proceder, isto é, se for possível falar de uma tensão interna aos primeiros momentos dos *Annales* entre a sensibilidade ante o singular e o programa de extrair leis a partir de estudos quantitativos, não seria o caso de pensar sua expansão — não cumulativamente — mas de modo histórico?

Claro, algumas tendências ou potencialidades podem ter sido desenvolvidas até o ponto de se perder de vista o referencial de origem (Dosse, por exemplo, diz isso no tocante ao declínio da dimensão da história-problema). Assim, parece mais profícuo trabalhar com a idéia de que, à medida que expandiu-se por novos territórios, a Escola dos *Annales* também foi ou se modificando ou fragilizando elementos originais ou, ainda, resolvendo a tensão citada de um ou outro modo de acordo com o tempo, o lugar, as circunstâncias e as pessoas envolvidas. Mas tal expansão, ao consistir em fator de perda, foi fator de fertilização igualmente, de encontro e diálogo com tradições nacionais já constituídas, possibilitando a prática de um exame interno de crítica e resgate dos seus muitos elementos e aspectos.

Um desses elementos pode ser, a meu juízo, a recuperação do fragmento como via de acesso à história social. Em um livro originalmente datado em 1924, *Os Reis Taumaturgos*, Bloch se pôs a recuperar uma prática ritual (que teria sido colocada na prateleira do “excêntrico” pela historiografia de então) com o intuito de escrever uma história perpassada pelo político, analisando um rito através do qual uma pia realeza se avistava com seus não menos devotos súditos para tocar-lhes as feridas provocadas por escrófulas e, quem sabe, curar-lhes de seu mal. Ao que parece, resulta que essa era uma prática que repousava na mentalidade do monarca e do pobre plebeu, e Bloch mostra como foi possível construir toda uma arquitetura de poder em torno de um idioma nacional comum a todos. Um mentalidade, resumidamente falando, interclassista.

Se a mentalidade interclassista é ponto de polêmica na relação da microhistória com os *Annales*, o modo como o ritual e os valores culturais a ele associados são tratados no livro tem significado exatamente diverso. Dando prosseguimento à prática de prefaciá-las traduções francesas por historiadores locais, Ginzburg (1973, p. XIV) comentava, em seu prefácio a *Os Reis Taumaturgos*, o procedimento metodológico do livro. Do toque real das escrófulas, “dessa crença, desse fenômeno aparentemente insignificante, Bloch se serviu com extrema habilidade”, avaliou,

como de um fio condutor (...), [para] registrar com precisão e elegância um fenômeno capital da história européia, como as vicissitudes do poder monárquico e das ideologias a ele associadas, desde a idade média à era moderna.

Ao se perguntar sobre o significado de realeza e império, sobre a ressonância dessas palavras na mentalidade dos indivíduos, Bloch demonstrou a íntima relação entre política e cultura, alargando decididamente a abordagem da historiografia da época ao trazer novos temas para o centro das atenções de pesquisa. Para além disso, o método de investigação das fontes trazia outras novidades: Bloch adentrou a documentação, estudando-a intensamente e interrogando-a internamente.

Anos antes de serem demarcados maiores distanciamentos, o prefácio citado, ao contrário, frisava aquilo que seria uma tônica posterior das emergentes investigações microhistóricas. “O recurso a uma documentação dispersa e variadíssima” — composta de “escritos de teólogos, de médicos, de juristas, dissertações políticas, atos administrativos, relíquias folclóricas, pinturas, incisões, crônicas, *chansons de geste*” — usado para “reconstruir um problema histórico unitário” (Ginzburg, 1973, p. XIX) permitiu ao livro a condição de ancestral interlocutor de pesquisas que só viram a acontecer 50 anos mais tarde aproximadamente, pois vai de encontro ao que se criticou na história serial. Esta não é, afinal, sinônimo único e absoluto de *Annales*.

Enquanto Marc Bloch iluminou com um ritual marginalizado todo um conjunto de crenças partilhado por reis e súditos plebeus, E. P. Thompson, percorrendo vias semelhantes, chegou a um ponto final distinto. Para este, “examinar um episódio ou situação atípicos” é também “um modo de descobrir normas surdas”, advogando, igualmente, que “o significado de um ritual só pode ser decifrado quando a evidência (...) deixa de ser olhada como fragmento folclórico, uma ‘sobrevivência’, e é recolocada no interior de seu contexto total”.

Uma diferença entre tais convergências é que, com esse procedimento, historiadores da tradição marxista, particularmente os “influenciados pelo conceito gramsciano de hegemonia”, investigaram formas de dominação e controle da classe dominante e chegaram a resultados de pesquisa cujas indicações apontaram não só para idiomas comuns como também para excludências. No caso do trabalho de Thompson sobre a sociedade inglesa no século XVIII, vê-se, por exemplo, “a grande distância de classe existente entre a *gentry* britânica o povo comum”. (Thompson, 1977, p. 251, 253, 259).

Se a hegemonia, como propõe Thompson (1987, p. 353), era exercida pelo “domínio da lei” — o que envolvia a crença geral de que isso valia para al-

guma coisa — a atenção para sua teatralização revela as diferenças de perspectiva. Acredita ele que

a hegemonia da fidalguia e aristocracia expressava-se não pela força militar, nem pelas mistificações de um clero ou da imprensa, nem mesmo pela coerção econômica, mas sobretudo pelos rituais de profunda meditação dos Juizes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões Judiciais e pelo teatro de Tyburn.

Esse é o cenário onde “os governantes desempenham seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime”. “Os pobres”, de sua parte, “encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas e mercados, empregando o simbolismo do protesto e do ridículo”. Atento ao que chamou de “contexto simbólico”, Thompson — tal como *Os Reis Taumaturgos* — quer alcançar, com isso, uma “adição significativa ao conhecimento histórico” pois, igualmente, acrescenta que “certas formas só podem ser completamente compreendidas se recuperarmos as crenças da cultura tradicional”.

Se, como vimos, essa recuperação leva a uma relação entre classes, é curioso notar exatamente nesse ponto onde poderíamos enxergar uma diferenciação que Thompson — ao afirmar a história como uma “disciplina do contexto e do processo” onde “todo significado é um significado dentro de um contexto” — recorre a Bloch pois, segundo este último, “para o desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar de vocabulário toda vez que mudam de costume”. Em uma palavra, “um fenômeno histórico nunca pode ser explicado em sua totalidade fora do estudo do seu momento” (Thompson, 1977, p. 254-56)²⁶

Não gostaria de ter conduzido a leitura desse artigo a uma altura onde houvesse uma bifurcação. O próprio Thompson (1993, p. 57 e ss.), interessadíssimo que era pela defesa da tradição marxista, não deixava tanto de reconhecer a força do idioma empírico inglês e sua capacidade de se transformar em “hábito nacional” (e, até mesmo, em um “idioma inglês”) quanto de indicar, por conseqüência, a necessidade da tradição marxista em dialogar com tal idioma para vir a ser, de algum modo, uma linguagem própria da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, trata-se de um “erro grosseiro”, no entender de Le Goff (1976, p. 78), quem depreende que os *Annales*, regra geral, destacam o conceito de mentalidade das “estruturas e da dinâmica social”, pois há “mentalidades de classe” lado a lado de “mentalidades comuns”.

²⁶ Cf., também, Bloch (1952, p. 31).

Se as referências a Febvre e Braudel são mais visíveis, as referências a Bloch não devem ser subdimensionadas pois a polêmica, não só no presente caso, não deve obscurecer fontes de inspiração. Para a microhistória, a Escola dos *Annales*, está presente em ambos os momentos. Se levarmos em consideração que a historiografia também é uma disciplina que se desenrola no interior de um contexto geral específico, veremos que não foram os historiadores italianos aqui citados os primeiros a usar o termo microhistória. Antes, lançaram mão dele, entre outros, próximos de um certo uso francês dado ao termo (Ginzburg, 1994, 515). Ao mesmo tempo, como é proposto neste artigo, caso, ao invés de importação, trabalhe com a circulação de idéias, emerge a problemática das tradições nacionais, suas origens e tradições,²⁷ como questão chave para o entendimento da emergência das “novas tendências na investigação” em relação com seus interlocutores e oponentes. Assim, outro que anunciar uma sonora novidade, cabe pensá-las como resposta a uma determinada situação nacional específica, estando-se atento para o fato de que a dimensão de sua originalidade deve ser avaliada, primeiramente, no seu tempo e lugar e, mais ainda, estando atento ao modo como descreveram e interagiram com seus interlocutores e oponentes.

Na busca da reconstituição do encontro entre “velho” e “novo”, no presente caso, vimos que, insatisfeita com o que chamou de “macroperspectiva”, a microhistória apostou na redução da escala, na incorporação dos grupos subalternos, no processo, na crítica a conceitos, classificações, tipologias, dualidades e hipóteses rígidos e pré-acabados. Evidentemente, seria ingênuo pensar que, entre o modelo e o documento, tenha ficado com o segundo. Ao mesmo tempo, não se constituiu como escola. Sua diversidade, afirmada e reconhecida,²⁸ se verifica já no seu período inicial porque desde logo, como é dito em contracapas dos livros da coleção *Microstorie*, quis ser “um experimento, uma proposta, uma verificação documental. Uma mescla de dimensões, de personagens, de ponto de vista”.

Se a notoriedade e o desconhecimento envolvem o fenômeno microhistória, então, talvez pudéssemos, com a continuidade da reflexão e do debate, encará-la como uma caixa historiográfica de utensilagem investigativa. Não obstante toda a probabilidade de descontextualização ou de ecletismo

²⁷Os prefaciadores da coletânea portuguesa *A Micro-história e Outros Ensaios*, advertem seus leitores, por exemplo, que “o cenário onde se movimenta Carlo Ginzburg (...) corresponde a um campo de pesquisas com tradições em Itália desde o século XIX”.

²⁸In: Banti (1991, p. 145); Grendi (1994, p. 540 e ss.); Revel (1994, p. 550).

(e, portanto, de descaracterização) que essa decisão acarreta, o risco pode valer a pena. Uma distância crítica e ponderada é certamente, nesse caso, mais valiosa do que a adesão ou a recusa simplesmente.

Referências Bibliográficas:

- AYMARD, M. *Annales in mediterranean countries. Review*, 1(3/4), 1978.
- _____.La Historia italiana: una desconocida”. *Revista Mexicana de Sociologia*, 69(3), 1987.
- BANTI, Alberto, ‘Storie et Microstorie’: L’Histoire Sociale Contemporaine en Italie (1972-1989). *Genèses*, 3, 1991.
- BLOCH, March. *Introducción a la Historia*. México: FCE, 1952.
- _____. *I Re Taumaturghi*. Turim: Einaudi, 1978.
- BURGUIÈRE, André. Histoire d’une Histoire. *Annales E.S.C.*, 6: 1979.
- BURKE, Peter, “Abertura: a Nova História, seu passado, seu futuro”. In: _____. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARACCIOLO, Alberto. Between tradition and innovation. *Social Research*, 47(3): 1980.
- DOSSE, François. *A História em migalhas*. São Paulo/ Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992.
- GINZBURG, Carlo. “Prefazione”. In: BLOCH, M. *I Re Taumaturghi*. Turim: Einaudi, 1973.
- _____.*O Queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- _____.*Os andarilhos do bem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- _____.“O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: _____.*A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____.Microstoria: due o tre cose che so di lei. *Quaderni Storici*, 86: 1994.

- GRAMSCI, Antonio. Ai margini della Storia: storia dei gruppi sociali subalterni. *Quaderni del Carcere*, 3: 1975.
- GRENDI, Edoardo. Micro-analisi e Storia Sociale. *Quaderni Storici*, 35: 1977.
- _____. "Paradossi della Storia Contemporanea". In: VVAA, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Turim: Rosenbeg & Sellier, 1981.
- _____. Ripensare la Microstoria?. *Quaderni Storici*, 86: 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. Per lo Studio delle Classi Subalterne. *Società*, 1960.
- _____. Comments. *Review*, 1(3/4): 1978.
- LE GOFF, Jacques, "As mentalidades: uma história ambígua". In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LEVI, Giovanni, "Un Problema di Scala". In: VVAA, *Dieci interventi sulla Storia Sociale*. Turim: Rosenbeg & Sellier, 1981a.
- _____. Microstoria: una proposta". *Notiziario Einaudi*, jun. 1981.
- _____. I Pericoli del Geertzismo. *Quaderni Storici*, 58: 1985.
- _____. *L'eredità Immateriale: carriera di un esorcista nel Piemonte del seicento*. Turim: Einaudi, 1985.
- _____. Il piccolo, il grande, il piccolo - intervista a Giovanni Levi. *Meridiana*, set. 1990.
- _____. Sobre a Micro-história. In: BURKE, P. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Entalidades e cultura popular. 1993. (Mimeografado).
- PONI, C. e GINZBURG C. Il nome e il come. scambio ineguale e mercato storiografico. *Quaderni Storici*, 40: 1979.
- REVEL, Jacques *Annales: Continuities and Discontinuities*. *Review*, 1(3/4): 1978.
- _____. Microanalisi e costruzione del sociale. *Quaderni Storici*, 86, 1994.

THOMPSON, E.P. Folklore, Anthropology and Social History. *The Indian Historical Review*, 3(2): 1977.

_____. *Società patrizia, cultura plebea*. Turim: Einaudi, 1981.

_____. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *As peculiaridades dos ingleses*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 1993.

_____. “Modos de dominação e Revoluções na Inglaterra”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.

_____. “A História vista a partir de baixo. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1995.

Abstract: This article examines the way through which the relationship between the emergence of microhistory in Italy and the influence of *Annales* in the period was discussed by European historians, calling into attention the alliances and disagreements around which criticisms were made to the so called "*histoire sérielle*". In order to do so, one presents and reflects on epochal articles and on articles in charge with the construction of a memory of the Italian microhistory. The proposal of scale reduction is, at the end, very close to a "history from below", especially because it lays stress on the knowledge of "popular culture" and "subaltern classes" history.

Key-words: Social History, *Annales* School, Microhistory, History from Below.